

RICARDO NORONHA

“A Banca ao Serviço do Povo”

Política e Economia durante o PREC (1974–75)

IMPRESA DE HISTORIA CONTEMPORANEA

É justo referir à cabeça desta nota o que me parece ser uma característica dominante: o rigor científico, acompanhado dum aspecto muito digno do historiador – os factos não se confundem com opiniões que decerto as tem, mas não as manifesta no alinhamento dos factos nem na sua interpretação. Ou seja, História pura!

Uma época tão densa e complexa só pode ser entendida à luz de muita informação (e informação comparada) e de uma grande capacidade de entendimento das forças directrizes dos movimentos sociais e económicos. Ricardo Noronha não vem com *heróis* nem *iluminados*: ele busca as linhas mestras dos movimentos sociais, primeiro, e políticos, depois, que se manifestaram em especial ao longo dos últimos anos do regime salazarista/marcelista. E mostra-nos como eles influenciaram o próprio Movimento dos Capitães. “Política e negócios caminharam alegremente de mãos dadas sob a égide do corporativismo português, um desenho institucional concebido para comprimir salários e estabilizar preços, que proporcionava a uma oligarquia profundamente conservadora o domínio sobre os sectores-chave da economia.”¹

Analisada a estrutura dos créditos bancários concedidos antes do 25 de Abril, sublinha como esta estava objectiva e descaradamente ao serviço dessa referida oligarquia. E,

mostrando como essa consciência evoluiu no seio sindical dos bancários para uma consciência política, explica o papel crescente dos sindicatos de trabalhadores bancários antes e depois do derrube do fascismo: um papel fulcral, que se foi traduzindo no controlo das actividades bancárias; mais tarde, já em pleno PREC, na própria participação na gestão dos bancos. Esta evolução decorria a par

de tantos outros movimentos que experimentou a sociedade portuguesa.

O 28 de Setembro e o 11 de Março foram datas conspícuas de um – como justamente lhe chama – *processo de radicalização cumulativa*. O comportamento da banca privada é des-cascado, com Alfredo Sousa e Fernando Ulrich a aceitarem que empresários e banqueiros

“tinham pesadas responsabilidades relativamente à frágil situação da economia portuguesa.”² A contratação colectiva, em especial, e a lei da greve, acentuaram clivagens entre Spínola e MFA, entre PS e PCP, e até Igreja Católica e CIA... *A via socializante* tornou-se uma expressão equívoca, entendida diferentemente por diferentes partidos e sensibilidades militares. Mas, como diria Melo Antunes mais tarde, “a dinâmica social e política tinha subvertido tudo, queimara todas as etapas, por assim dizer.”³ Cada dificuldade foi impondo novas e mais avançadas medidas. A banca privada continuava a fazer das suas: por exemplo, o BESCL, que obteve 5,5 milhões de contos do Banco de Portugal (16% do crédito concedido por este), apenas dedicara 223 mil contos a Pequenas e Médias Empresas.⁴ A sabotagem económica foi sendo revelada e medidas foram sendo necessárias para a contrariar. “De um cenário em que os partidos de esquerda e a coordenadora do MFA condenavam greves e apoiavam,

A “difícil” relação poder político/ /poder económico



ainda que com reservas, a repressão de actos transgressivos, passara-se a um cenário em que as reivindicações laborais eram encaradas enquanto expressões de apoio a uma política económica antimonopolista”⁵ Por aí começou também, pode dizer-se, o processo que conduziu rapidamente à Reforma Agrária: “os campos do Sul tornavam-se assim o palco de uma impetuosa investida contra a propriedade privada, dominada, tal como nos centros urbanos, pela denúncia da sabotagem económica e pela luta contra o desemprego, tendo como horizonte a intervenção do Estado e a consagração legal da expropriação das terras ocupadas.”⁶

O autor desenrola o filme que conduziu à nacionalização da banca: segundo Silva Lopes, “quando se dá o 11 de Março, de certo modo, o Sindicato dos Bancários toma conta da banca. E não permite que os bancos abram. A única forma de abrir os bancos era preparar uma forma qualquer que afastasse as antigas administrações (...) e preparámos um projecto de decreto para a intervenção do Estado em todos os bancos.”⁷ E a nacionalização tornou-se inevitável!

Na página 199 são elencadas a concessão de crédito para aquisição de títulos do próprio banco, as exportações ilícitas de capitais e o financiamento de actividades partidárias: “a banca comercial era um instrumento ao serviço dos grandes grupos económicos, que canalizavam os fundos dos depósitos para práticas

especulativas, comprometendo a liquidez das instituições e a sua capacidade para conceder crédito a empresas em dificuldades.” E aqui, ao escrever estas notas no 45º aniversário do 25 de Abril, não resisto a perguntar-nos como é possível que isto se repita levando à desgraça da Troika, e pior ainda, como é possível que continue a repetir-se agora, como ainda hoje foi noticiado a propósito dos perdões bancários de 116 milhões de euros à SIVIPA do “rico” João Pereira Coutinho?!

Após a nacionalização, a banca não se transformou numa coisa simples e pacífica... O controlo dos trabalhadores, o papel das comissões administrativas, as necessidades de crédito das empresas e das novas unidades colectivas de produção e cooperativas agrícolas, a necessidade do Crédito Agrícola de Emergência, alimentaram perplexidades. Talvez a síntese esteja nesta frase do grupo de trabalho para “Critérios e orientações”: “a banca nacionalizada não persegue o lucro, mas também não se pode tornar ruínoza”.⁸ O plano de reestruturação bancária ficou a aguardar uma clarificação da situação política, sendo abandonado após a queda do V Governo Provisório, levando a que a fisionomia do sector bancário permaneceria assim fundamentalmente inalterada: a política económica do VI Governo Provisório foi concebida, fundamentalmente, para travar a consolidação de novas relações de produção, invertendo a maioria das transformações que

procuravam dar forma a um regime de Governamentalidade “socialista”. Isso não impediu o sector bancário de desempenhar um papel fulcral após a sua nacionalização, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento(...).”⁹

Fica feito o filme de como os princípios defendidos por Alfredo Sousa, porta-voz do PPD, foram adoptados após o 25 de Novembro, que não se propunha (ao contrário da que fora defendida por Mário Murteira) alterar a posição relativa da economia portuguesa na divisão internacional do trabalho.¹⁰ Pelo meio fica o filme do Verão Quente de 1975 e do sindicalismo democrático.

Um texto denso, bem redigido, onde as questões são colocadas com pertinência, e profusamente documentado. Dá gosto ler. ■

*Victor Louro,
Maio 2019*

NOTA: A obra em referência está publicada com o título **“A banca ao serviço do povo”** - Política e Economia durante o PREC (1974-75), pela Imprensa de História Contemporânea, e disponível em <http://imprensa.ihc.fcsh.unl.pt/noronhar2018/>.

Notas:

¹Pág. 33, ²Pág. 99, ³Pág. 142, ⁴Pág. 159, ⁵Pág. 167, ⁶Pág. 168/9, ⁷Pág. 194, ⁸Pág. 240, ⁹Pág. 263, ¹⁰Pág. 287

Nota da Redacção

Na edição n.º 1746 da *Seara Nova*, no artigo “As letras que se quis que fossem chaves para abrir portas e caminhos”, na página 28, no último parágrafo da primeira coluna, onde se lê “**histórico...**” deve ler-se “**ahistórico...**”.

Pelo lapso, a redacção pede desculpa ao autor e aos leitores.

